

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS ATRIBUIÇÕES NOTARIAIS (Distritos/Municípios não sede de Comarca)

Comarca:
Entrância:
Juiz(a) Diretor(a) do Foro:
Município/Distrito:
Serventia:
Titular/Responsável:
Substituto:

Data da correição: _____

Horário da correição: _____

Auxiliar(es) da fiscalização (informar nome e matrícula):

O Titular/Responsável visualizado no cabeçalho está correto?

() A) Sim

() B) Não

Caso negativo, a Direção do Foro deverá verificar com a Coordenação de Registro Funcionais e de Sistemas dos Serviços Notariais e de Registro-COREF a regularização da situação cadastral da serventia. Observação: _____

O Substituto visualizado no cabeçalho está correto?

() A) Sim

() B) Não

Caso negativo, o(a) responsável pela serventia deverá regularizar o cadastro junto à Coordenação de Registros Funcionais e de Sistemas dos Serviços Notariais e de Registro - COREF, nos termos do art. 22 do Provimento Conjunto nº 93/2020, comprovando a regularização à Direção do Foro. Observação: _____

Situação da Serventia) Esta serventia encontra-se regularmente provida por Titular?

A) Sim. A serventia está provida.

B) Não. A serventia está vaga.

ATENÇÃO: No caso de serventia vaga, conferir se ela consta da Lista Geral de Vacância publicada pelo Aviso nº 7/CGJ/2023 e pelo Aviso a ser publicado em janeiro/fevereiro de 2024. Caso a vacância não conste da Lista Geral, comunicar, imediatamente, à Corregedoria-Geral de Justiça através do SEI, nos termos do artigo 33, § 3º, do Provimento Conjunto nº 93/2020 e Portaria Conjunta nº 1.449/PR/2023.

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

1) A serventia possui o Livro "Visitas e Correições", consoante determinação contida no Provimento nº 149/CNJ/2023 c/c artigos 92, inciso I, e 94 do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

2) O Tabelião ou Oficial acessa diariamente o Malote Digital do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, bem como utiliza o canal "Fale com o TJMG", considerados como meios de comunicação oficial entre os serviços notariais e de registro e entre estes e os órgãos do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, consoante o disposto nos artigos 147 a 149 do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

3) A serventia está localizada em local de fácil acesso ao público, que ofereça segurança para o arquivamento dos livros e documentos, consoante o disposto nos artigos 4º e 75 do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

4) O Oficial procede à nomeação ou destituição de substitutos e escreventes por meio de Portaria Interna, nos termos do artigo 22, do Provimento Conjunto nº 93/2020 e encaminha cópia do respectivo ato e das informações sobre a contratação e dispensa de auxiliares ao Diretor do Foro e à Corregedoria Geral de Justiça até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente, a teor do referido artigo?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

5) São observados fielmente os dias e horários de funcionamento, e são fixados, em local bem visível, na parte externa da serventia, placa, cartaz ou aviso indicando o horário de atendimento ao público, consoante o disposto no artigo 66 do Provimento Conjunto nº 93/2020 ? Em caso de funcionamento em horário diverso ao mencionado, desde que observado o mínimo de 7 horas diárias, há autorização do Diretor do Foro, por meio de Portaria?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

6) As tabelas de emolumentos, com os valores vigentes no ano corrente, são afixadas em local visível, de fácil leitura e acesso ao público, conforme § 3º do artigo 6º da Lei estadual nº 15.424/2004?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

7) A Taxa de Fiscalização Judiciária é recolhida no prazo estabelecido no artigo 2º da Portaria-Conjunta nº 03/2005/TJMG/CGJ/SEF-MG? (para responder a esta questão é necessário gerar relatório, cuja forma de acesso encontra-se no Manual do Sisnor - Direção do Foro, disponível no Sisnor Web)

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

8) A transmissão dos dados relativos aos selos utilizados e aos respectivos atos notariais e de registro praticados é feita diariamente, até, no máximo, as 12 (doze) horas do dia seguinte ao da utilização do selo, conforme disposto no artigo 11 da Portaria Conjunta nº 09/2012/TJMG /CGJ/SEF-MG? (para responder a esta questão é necessário gerar relatório, cuja forma de acesso encontra-se no Manual do Sisnor - Direção do Foro, disponível no Sisnor Web)

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

9) A teor do artigo 137 do Provimento Conjunto nº 93/2020, a serventia emite e arquiva recibo circunstanciado, em meio físico ou eletrônico, constando o valor dos emolumentos, da Taxa de Fiscalização Judiciária, do RECOMPE, de eventual ISSQN, de eventuais despesas providas pelo usuário, do total final devido pelo usuário, bem como a quantidade de atos praticados e os respectivos códigos fiscais? Os referidos valores, a quantidade e o número dos códigos dos atos praticados, assim como o número do selo de fiscalização eletrônico de consulta e o respectivo código de segurança são cotados à margem do ato praticado e/ou do documento a ser entregue ao interessado, consoante o disposto no artigo 8º da Lei estadual nº 15.424/2004 c/c artigos 12 e 13 da Portaria-Conjunta nº 03/2005/TJMG/CGJ/SEF-MG c/c artigo 137 do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

10) São recolhidos os valores relativos à compensação destinada aos Registradores Civis das Pessoas Naturais - RECOMPE pela prática dos atos sujeitos à gratuidade estipulada em lei, conforme artigo 31 e seguintes da Lei estadual nº 15.424/2004?

() A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

11) Os livros, fichas, papéis e documentos são mantidos em ordem e em bom estado de conservação, em local adequado e seguro? A serventia cumpre as exigências estabelecidas no Provimento CNJ nº 74/2018? (obs. 1: em se tratando de serventia deficitária, especificar se esta cumpre as exigências estabelecidas no citado provimento ou se comunicou a impossibilidade absoluta de cumprimento à Corregedoria Nacional de Justiça; obs. 2: solicitar declaração escrita, relacionando item a item, de acordo com a classe da serventia, sobre o cumprimento das exigências estabelecidas no Provimento CNJ nº 74/2018, que deverá ser arquivada pela Direção do Foro).

() A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

12) A escrituração dos livros satisfaz às exigências legais (termos de abertura e de encerramento, numeração e autenticação de folhas, inutilização de espaços em branco, ausência de rasuras, emendas, ressalvas, etc.) e os livros de folhas soltas são encadernados logo após a conclusão de seu uso, vedada a utilização de grampo, parafuso e espiral, conforme o disposto no artigo 81 e seguintes e artigo 314, §2º, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

13) São mantidas cópias de segurança em microfilme, ou arquivo em mídia digital formado por imagens extraídas por meio de "scanner", ou fotografia, ou arquivo de dados assinado eletronicamente com certificado digital emitido em consonância com as normas do ICP-Brasil, ou qualquer outro método hábil, que deverá abranger os livros obrigatórios previstos em lei, de acordo com a Recomendação nº 09/2013, com as alterações introduzidas pela Recomendação nº 11/2013, ambas do Conselho Nacional de Justiça?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

14) É encaminhada ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, por meio eletrônico, a Declaração de Apuração e Informação da Taxa de Fiscalização Judiciária - DAP/TFJ, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prática dos atos, consoante o disposto no artigo 9º, caput, da Portaria Conjunta nº 03/2005/TJMG/CGJ/SEF-MG? (para responder a esta questão, é necessário gerar relatório, cuja forma de acesso encontra-se no Manual do Sisnor - Direção do Foro, disponível no Sisnor Web).

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

15) É fiscalizado no âmbito interno da serventia o recolhimento dos impostos incidentes sobre os atos que deve praticar, de acordo com disposto no artigo 19, inciso XI, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

16) A serventia possui o Livro Diário Auxiliar da Receita e da Despesa e sua escrituração obedece às normas prescritas no artigo 92 e seguintes do Provimento Conjunto nº 93/2020, como por exemplo, se está escriturado na forma contábil, se possui o balanço mensal e o balanço anual etc?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

17) Em se tratando de serventia vaga, são enviadas à Corregedoria-Geral de Justiça, por meio eletrônico, até o dia 10 (dez) de cada mês, as informações relativas ao módulo "Receitas-Despesas", nos termos do artigo 49 e seguintes do Provimento Conjunto nº 93/2020, bem como são arquivados os respectivos recibos? (Caso a serventia esteja provida, marcar opção "Não se aplica")

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

C) Não se aplica

Observações

18) Em se tratando de serventia vaga, seu responsável interino procede ao recolhimento de eventual quantia que, em sua renda líquida, exceda ao teto remuneratório de 90,25% do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, até o dia 10 (dez) do mês subsequente, mediante GRCTJ - Guia Excedente ao Teto Remuneratório dos Interinos, conforme os artigos 45 e 48 do Provimento Conjunto nº 93/2020 e Provimento Conjunto nº 100/2021? (Caso a serventia esteja provida ou, mesmo estando vaga, não possuir renda líquida excedente ao teto remuneratório, marcar a opção "Não se aplica")

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

C) Não se aplica

Observações

19) O Tabelião ou Oficial atualiza semestralmente, via internet, todos os dados no sistema "Justiça Aberta", até o dia 15 (quinze) dos meses de janeiro e julho (ou até o dia útil subsequente), mantendo atualizadas quaisquer alterações cadastrais, em até 10 (dez) dias após suas ocorrências, conforme disposto no artigo 145 do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

20) A serventia possui Livro de Controle de Depósito Prévio, em meio físico ou eletrônico, consoante o disposto no artigo 92, inciso III, e artigo 95, ambos do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

20-A) É mantida em dia a escrituração do Livro de Depósito Prévio, sendo o saldo de depósito prévio informado na DAP/TFJ?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

20-B) O saldo do depósito prévio constante no Livro de Controle de Depósito Prévio e informado na DAP está disponível no caixa da serventia ou em conta bancária? (Obs: solicitar comprovação do saldo dos valores)

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

21) É observado o disposto no artigo 138 do Provimento Conjunto nº 93/2020, a fim de que a cobrança pelos atos de arquivamento seja feita apenas em relação aos documentos estritamente necessários à prática dos atos notariais e de registro e cujo arquivamento é expressamente exigido em lei ou ato normativo?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

22) Em caso de responsável interino, é observado o disposto no artigo 66, §2º, do Provimento nº 149/CNJ/2023, que dispõe que a designação de substituto para responder interinamente pelo expediente não poderá recair sobre cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau do antigo delegatário ou de magistrados do tribunal local? Para serventia regularmente provida, marcar a opção "Não se aplica".

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

C) Não se aplica

Observações

23) Os funcionários da serventia são admitidos no regime da legislação trabalhista, conforme disposto no artigo 20 da Lei nº 8.935/94, bem como são recolhidas e lançadas no Livro Diário Auxiliar as despesas trabalhistas com prepostos, incluídos FGTS, vale alimentação, vale transporte e quaisquer outros valores que lhes integrem a remuneração, além das contribuições previdenciárias devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS ou ao órgão previdenciário estadual, de acordo com artigo 99, inciso IX, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

C) Não se aplica

Observações

24) O selo de fiscalização eletrônico é impresso/afixado nos documentos expedidos pela serventia conforme modelos constantes do anexo único da Portaria Conjunta nº 09/2012/TJMG /CGJ/ SEF-MG, inclusive com a imagem do QR Code em sua estampa?

A) Sim

B) Não

Observações

25) A teor do Aviso nº 14/CGJ/2020, a serventia mantém atualizada a indicação de oficiais de cumprimento junto à Corregedoria Nacional de Justiça, no Cadastro Nacional de Serventias. (obs: Em se tratando exclusivamente do Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais, marcar a opção "Não se aplica")

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo Observações"

C) Não se aplica

Observações

26) O Tabelião ou Oficial comunica à Unidade de Inteligência Financeira - UIF, por intermédio do Sistema de Controle de Atividades Financeiras - Siscoaf, quaisquer operações que, por

seus elementos objetivos e subjetivos, possam ser consideradas suspeitas de lavagem de dinheiro ou financiamento do terrorismo, a teor do artigo 142 do Provimento nº 149/CNJ/2023? (obs: Em se tratando exclusivamente do Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais, marcar a opção "Não se aplica")

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

C) Não se aplica

Observações

27) A serventia de Registro Civil obedece aos requisitos do sistema de plantão aos sábados, domingos e feriados, o qual será exercido no horário de 9 (nove) às 12 (doze) horas, e o oficial de registro plantonista afixa em local visível, na parte externa da serventia, número de telefone para contato entre as 13 (treze) e as 17 (dezesete) horas, a fim de prestar atendimento imediato em situações urgentes, consoante o disposto no caput e no § 2º do artigo 67, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

28) A serventia encaminha as informações relacionadas aos nascimentos, casamentos e óbitos ao IBGE, dentro dos primeiros 8 (oito) dias dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, consoante disposto no artigo 49 da Lei nº 6.015/1973 e no artigo 526, inciso II, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

29) A serventia envia as certidões de casamento e óbito de estrangeiros, bem como as certidões de nascimento de filhos de estrangeiros em situação irregular à Delegacia da Polícia Federal da circunscrição, mensalmente, consoante o disposto no artigo 526, inciso III, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

30) São encaminhadas ao Juiz competente as certidões de registro de nascimento onde foi estabelecida apenas a maternidade, consoante o disposto no artigo 2º da Lei Federal nº 8.560/1992 c/c artigo 526, inciso IV, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

31) São comunicados à Defensoria Pública os nascimentos sem identificação de paternidade , nos termos da Lei estadual nº 18.685/2009 c/c artigo 526, inciso V, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

32) São encaminhadas as informações relacionadas aos óbitos de cidadãos alistáveis, maiores de 16 anos que sejam brasileiros ou portugueses com igualdades de direitos, ocorridos no mês anterior, por meio do Sistema de Informações de Óbitos e Direitos Políticos - INFODIP até o dia 15 (quinze) de cada mês, conforme artigo 71, § 3º, da Lei nº 4737/1965 - Código Eleitoral c/c o artigo 526, inciso VI, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

33) É observado o prazo de 01 (um) dia útil para remessa ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e à Receita Federal, pelo Sistema de Informações de Registro Civil - SIRC da relação de nascimentos, dos natimortos, dos casamentos, dos óbitos, das averbações, das anotações e das retificações registradas, conforme disposto no artigo 527 do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

34) Antes da lavratura de qualquer registro de nascimento, a serventia realiza consulta prévia à Central de Informações de Registro Civil das Pessoas Naturais - CRC, a fim de verificar a existência de registro de nascimento lavrado com o mesmo número de Declaração de Nascido Vivo-DNV, conforme Recomendação n. 43/CNJ/2019?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

35) A serventia envia o relatório dos óbitos de pessoas do sexo masculino com idade entre 17 (dezessete) e 45 (quarenta e cinco) anos, falecidos no mês anterior, ao Ministério da Defesa - Junta de Alistamento Militar, mensalmente, por meio físico, consoante o disposto no artigo 526, inciso VII, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

36) A serventia envia o relatório dos óbitos à Administração Fazendária do Estado de Minas Gerais - AF, até o dia 10 (dez) do mês subsequente, consoante o disposto no artigo 526, inciso VIII, do Provimento Conjunto nº 93/2020 c/c o artigo 20 da Lei estadual nº 14.941/ 2003 c/c o artigo 34, inciso II, alínea "d", do Decreto Estadual nº 43.981/2005?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

37) É enviada ao DETRAN-MG, mensalmente, a relação de registros de óbitos para fins de cancelamento da Carteira Nacional de Habilitação - CNH, em cumprimento ao disposto na Lei estadual nº 18.703/2010 c/c artigo 526, inciso IX, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

38) A serventia envia as causas mortis dos óbitos às Secretarias Municipais de Saúde do Município onde o cartório esteja instalado, mensalmente, consoante o disposto no artigo 526, inciso X, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

39) A serventia envia os dados da criança e dos pais, bem como o endereço de onde ocorreu o nascimento, quando o nascimento aconteceu fora da maternidade ou estabelecimento hospitalar, sem a assistência de médico ou parteira e sem apresentação da DNV, até 5 (cinco) dias contados do registro, ao Ministério Público da comarca, consoante o disposto no artigo 526, inciso XIII, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

40) A serventia envia o assento de nascimento de indígena, em 5 (cinco) dias contados do registro, à Fundação Nacional do Índio - FUNAI, consoante o disposto no artigo 526, inciso XIV, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

41) São enviados os registros de óbitos lavrados no mês anterior, por meio físico ou eletrônico, à Secretaria de Segurança Pública da unidade da Federação que tenha emitido a cédula de identidade, em cumprimento ao disposto no artigo 526, inciso XV, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

42) São feitas as remissões recíprocas e as comunicações dos registros ou averbações levados a efeito na serventia, no prazo de 5 (cinco) dias, consoante o disposto nos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 6.015/1973 c/c artigo 684 do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

43) São relacionadas em protocolo as comunicações de casamento, óbito, dissolução e anulação de casamento, restabelecimento de sociedade conjugal, emancipação, interdição e

ausência, enviadas a outras serventias para anotação nos registros primitivos, conforme o disposto no artigo 106, Parágrafo único, da Lei nº 6.015/1973 c/c artigo 695 do Provimento Conjunto nº 93/2020, bem como são arquivadas, em meio físico ou eletrônico, as comunicações recebidas de outras serventias, consoante o disposto nos artigos 694, Parágrafo único, e 696 do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

44) Há na serventia sistema de controle, físico ou eletrônico, no qual serão lançados, pela ordem de entrada, os processos de habilitação para casamento, os requerimentos de retificação administrativa, os de registro de nascimento cujo nome tenha sido recusado pelo oficial de registro, bem como todos os pedidos relacionados a atos registrais que contiverem exigência ou não puderem ser praticados de imediato, consoante o disposto no artigo 513, § 3º, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

45) Os registros de nascimento contêm os requisitos constantes do artigo 54 da Lei nº 6.015/1973 c/c artigo 544 do Provimento Conjunto nº 93/2020, observadas as restrições do artigo 5º

da Lei nº 8.560/1992, bem como são arquivados os documentos exigidos no artigo 540 do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

46) É afixado selo de fiscalização no requerimento dos contraentes com o qual se inicia o processo de habilitação para casamento, consoante o disposto no artigo 15, inciso VII, alínea "a", da Portaria-Conjunta nº 09/2012/TJMG/CGJ/SEF-MG ?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

47) As certidões, que instruem os processos de habilitação de casamento, são expedidas com a devida afixação dos selos de fiscalização, segundo o disposto no artigo 15, inciso VII, alínea "f", da Portaria-Conjunta nº 09/2012/TJMG/CGJ/SEF-MG, e consequente recolhimento da respectiva Taxa de Fiscalização Judiciária?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

47-A) Após o reconhecimento judicial, o oficial de registro procede ao assento da conversão de união estável em casamento, do qual constará a data de início da união estável, no Livro "B", mediante apresentação do respectivo mandado, conforme inteligência do Provimento Conjunto n. 107/2022?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

48) É feita no processo de habilitação de casamento, de forma individualizada para cada espécie de ato, a cotação dos valores dos emolumentos, da Taxa de Fiscalização Judiciária e valor total relativos aos atos previstos nos itens 1 e 11 da Tabela 7 - Atos do Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais e do Juiz de Paz e no item 1 da Tabela 8 - Atos Comuns a Registradores e Notários, do Anexo da Lei estadual nº 15.424/2004?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

49) Os editais de proclamas de casamento são publicados em meio eletrônico, conforme disposto no artigo 67, § 1º, da Lei nº 6.015/1973?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

50) Os assentos de casamento contêm todos os requisitos constantes do artigo 1.536 do Código Civil c/c artigo 606 do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

51) É feita na primeira certidão de casamento e às margens do assento no Livro B - Casamento e no Livro B Auxiliar - Casamento Religioso com efeito civil, de forma individualizada para cada espécie de ato, a cotação dos valores dos emolumentos, da Taxa de Fiscalização Judiciária e valor total relativos aos atos praticados previstos na Tabela 7 - Atos do Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais e do Juiz de Paz, do Anexo da Lei estadual nº 15.424/2004? Na hipótese de o casamento não ser realizado, decorrido o prazo previsto artigo 599, §3º, do Provimento Conjunto nº 93/2020, o Oficial de Registro expede certidão de não realização do ato?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

52) Os assentos de óbitos contêm todos os requisitos constantes do artigo 80 da Lei Federal nº. 6.015/1973 c/c artigo 626 do Provimento Conjunto nº 93/2020, bem como são arquivados os documentos exigidos no artigo 625 do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

53) É observada a nova redação do artigo 77 da Lei Federal nº 6.015/1973, quanto à lavratura de assento de óbito, o qual poderá ser registrado no lugar do falecimento ou no lugar de residência do de cujus, quando o falecimento ocorrer em local diverso do seu domicílio?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

54) Encontram-se afixadas, nas dependências da serventia, em local de grande visibilidade, que permita fácil leitura e acesso ao público, informações claras sobre a gratuidade para a lavratura dos assentos de nascimento e de óbito, bem como pela emissão das respectivas primeiras certidões, conforme disposto no artigo 30, § 3º-C, da Lei nº6.015/1973?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

55) É observada a isenção de pagamento de emolumentos pelas demais certidões do registro civil extraídas para os reconhecidamente pobres, nos termos do artigo 30, § 1º, da Lei nº 6.015/1973?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

56) As certidões são emitidas seguindo os padrões do modelo instituídos pelo Conselho Nacional de Justiça, por meio do Provimento nº 63/2017 c/c artigo 525, caput, do Provimento Conjunto nº 93/2020, inclusive com indicação do CPF, o que será incluído gratuitamente?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

57) São observados rigorosamente os procedimentos estabelecidos na Resolução nº 155/2012 do Conselho Nacional de Justiça, que "Dispõe sobre traslado de certidões de registro civil de pessoas naturais emitidas no exterior", consoante o disposto no artigo 652 do Provimento Conjunto nº 93/2020? (Caso a serventia não seja o 1º Subdistrito da Sede da Comarca, marcar opção "Não se aplica".)

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

58) Estão sendo observados os artigos 697 e seguintes do Provimento Conjunto nº 93/2020, que disciplinam o envio à "Central de Informações do Registro Civil no Estado de Minas Gerais - CRC/MG" dos dados referentes aos nascimentos, casamentos, óbitos, natimortos e demais atos relativos ao estado civil lavrados, respectivamente, nos Livros A, B, B-Auxiliar, C, C-Auxiliar e E, bem como são arquivados na serventia os recibos de transmissão de dados da CRC/MG, consoante o disposto no art. 698, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

59) O Oficial, diariamente, acessa e atende às solicitações de expedição de certidões relacionadas aos registros de nascimento, casamento e óbito, recebidas por meio do módulo da CRC-MG ('Certidão Online'), disponível no endereço eletrônico <http://>

webrecivil.recivil.com.br/, consoante disposto no artigo 708, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

60) A serventia já realizou registros por meio da Unidade Interligada, considerando a adesão ao Sistema Interligado "Justiça Aberta" do Conselho Nacional de Justiça, possibilitando que o Registro Civil, que está no estabelecimento de saúde, encaminhe por meio da Unidade Interligada documentos para realização de registros, nos termos da Recomendação nº 13/CGJ/2014 c/c artigos 561 a 572 do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

61) A serventia sempre respeita o direito de opção do declarante para realizar o registro do nascimento no cartório da circunscrição de residência dos pais, ainda que não integre o sistema interligado, nos termos do artigo 563 do Provimento Conjunto nº 93/2020, bem como arquiva o Termo de Opção que foi publicado por meio do Aviso nº 55/CGJ/2020, no caso de ser uma serventia que implantou Unidade Interligada no estabelecimento de saúde? (Caso a serventia não seja responsável por Unidade Interligada em estabelecimento de saúde, marcar a opção "Não se aplica")

A) Sim

B) Não

62) É encaminhada à Receita Federal a "Declaração sobre Operações Imobiliárias - DOI", até o último dia útil do mês subsequente ao da prática do ato, consoante o disposto no artigo 15 do Decreto-Lei nº 1.510/1976 c/c Instrução Normativa SRF nº 1.112/2010?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

63) Mantém fichário de cartões de autógrafos para conferência no ato de reconhecimento de firmas por semelhança, sendo utilizado um selo de fiscalização no documento em que certificar a prática do ato, conforme estipulado no artigo 15, inciso I, alínea "o", da Portaria-Conjunta TJMG/CGJ/SEF-MG nº 09/2012 e suas alterações, bem como é exigida a apresentação e o arquivamento do CPF e do original de documento de identificação oficial com foto que permita o efetivo reconhecimento do portador, consoante disposto no artigo 301 do Provimento Conjunto nº 93/ 2020 para confecção do cartão de autógrafo?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

64) Os atos de autenticação e de reconhecimento de firma estão sendo selados, obrigatoriamente, por meio da utilização de etiqueta adesiva de segurança, nos termos do

artigo 14 da Portaria- Conjunta nº 09/2012/TJMG/CGJ/SEF-MG e suas alterações? No reconhecimento de firma, dentre os requisitos exigidos, tem sido indicada a sua espécie (por autenticidade ou por semelhança), conforme artigo 300, §§ 1º e 2º, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

65) Há na serventia um único Livro de Notas para escrituras públicas em geral e outro Livro para Procurações, conforme dispõe o artigo 314, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

66) Mantém arquivadas as certidões e os documentos necessários à lavratura de escrituras relacionadas às transações imobiliárias, consoante o disposto nos artigos 187 a 190 do Provimento Conjunto nº 93/2020 (comprovante de pagamento do ITBI/ITCD, certidões fiscais, certidão de inteiro teor da matrícula etc)?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

67) São mantidas em arquivo as procurações, documentos e certidões utilizadas na prática dos atos de seu ofício, de acordo com o artigo 189, inciso II, c/c artigo 191, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

68) No livro de folhas soltas, além de assinarem logo após o encerramento, os comparecentes assinam e rubricam as folhas ocupadas pelo ato, anteriores à última, inclusive o Oficial/Tabelião ou seu preposto, consoante o disposto nos artigos 180, IV e V e 319 do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

69) Ultrapassado o prazo de 30 (trinta) dias corridos de sua data, a escritura não assinada por todos, é declarada sem efeito, consoante o disposto no artigo 181, § 1º, do Provimento Conjunto nº 93/2020, bem como é recolhida a Taxa de Fiscalização Judiciária relativa à

lavatura da escritura? (realizar consulta ao selo eletrônico utilizado na escritura para confirmação da utilização do selo)

() A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

70) É observado, quando da utilização da corrigenda "em tempo", o disposto no artigo 316, parágrafo único, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

() A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

71) É observado o disposto no artigo 8º, §3º, da Lei nº 5.868/1972 nas escrituras públicas envolvendo imóvel rural, que não podem possuir área menor que o módulo rural previsto para a região?

() A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

72) É observado o disposto no artigo 4º, inciso II, da Lei Federal nº 6.766/1979 nas escrituras públicas envolvendo imóvel urbano, que não podem possuir área menor que 125m² (cento e vinte e cinco metros quadrados)?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

73) Para a lavratura das escrituras públicas de inventário e partilha, a cobrança dos emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária é feita de acordo com o artigo 10, § 3º, inciso XIII, da Lei estadual nº 15.424/2004 c/c a alínea "i.2", do item 4, da "Tabela 1" - "Atos do Tabelião de Notas", do Anexo da citada Lei, ou seja, pelo valor total dos bens móveis e semoventes e pelo valor de cada unidade imobiliária transmitidos, excluída a meação, independentemente do número de quinhões e herdeiros, sendo realizada a cobrança do excesso de meação, quando houver, conforme Nota XVI da Tabela 1 e arquivamento de todos os documentos previstos nos artigos 187 e 225, do Provimento Conjunto nº 93/2020, com a devida cobrança e utilização do selo de fiscalização?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

74) Para a lavratura das escrituras públicas de separação e divórcio, sem bens a partilhar ou que as partes tenham bens a partilhar e for estabelecida apenas a meação, escrituras de pacto antenupcial, conversão de separação em divórcio e restabelecimento da sociedade conjugal, união estável e sua dissolução, declaratória unilateral de convivência ou de término de convivência para fins de comprovação de data, a cobrança dos emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária é feita de acordo com o item 4, alínea "j", da "Tabela 1" - "Atos do Tabelião de Notas", do Anexo da Lei estadual nº 15.424/2004, bem como são arquivados todos os documentos previstos nos artigos 187, se for o caso, e 236, do Provimento Conjunto nº 93/2020, com a devida cobrança e utilização do selo de fiscalização?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

75) Para a lavratura das escrituras públicas de separação e divórcio, em que houver bens a partilhar e ocorrer excesso de meação a favor de uma das partes, caracterizando doação ou compra e venda, a cobrança dos emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária é feita de acordo com o item 4, alíneas "j" e "j.1", da "Tabela 1" - "Atos do Tabelião de Notas", do Anexo da Lei estadual nº 15.424/2004, bem como são arquivados todos os documentos previstos nos artigos 187, se for o caso, e 236, do Provimento Conjunto nº 93/2020 com a devida cobrança e utilização do selo de fiscalização?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

76) Para a lavratura das escrituras envolvendo usufruto (reserva, instituição, extinção etc.) a cobrança dos emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária é feita com conteúdo financeiro, tendo como parâmetro a terça parte (1/3) do valor do imóvel, de acordo com a Nota X da "Tabela 1" - "Atos do Tabelião de Notas", do Anexo da Lei estadual nº 15.424/2004, bem como é verificado o recolhimento do imposto incidente sobre o ato (ITBI ou ITCD)?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

77) Para a lavratura das escrituras de aditamento, retificação e ratificação, bem como de alteração contratual sem conteúdo financeiro, a cobrança dos emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária é feita segundo os valores previstos na alínea "c", do item 4, da "Tabela 1" - "Atos do Tabelião de Notas", do Anexo da Lei estadual nº 15.424/2004, ressalvado o disposto no artigo 16, inciso III, da mesma lei, o qual veda a cobrança de emolumentos por ato retificador ou renovador em razão de erro imputável aos respectivos serviços notariais e de registro?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

78) Para a lavratura das escrituras declaratórias a cobrança dos emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária é feita sem conteúdo financeiro, segundo os valores previstos na alínea "a", do item 4, da "Tabela 1" - "Atos do Tabelião de Notas", do Anexo da Lei estadual nº 15.424/2004?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

79) É observado o disposto no artigo 1.793, §2º, do Código Civil c/c o artigo 193 do Provimento Conjunto nº 93/2020, em relação às escrituras públicas de cessão de direitos hereditários, que não devem recair sobre qualquer bem da herança certo e determinado, considerado singularmente, salvo o disposto no artigo 193, §1º, do citado Provimento?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

80) Para a lavratura das escrituras de cessão de direitos hereditários realizadas por mais de um cedente os emolumentos e a Taxa de Fiscalização Judiciária são cobrados em separado, considerando-se como parâmetro o valor de cada negócio jurídico realizado por cada cedente, nos termos do artigo 10, §3º, inciso I, da Lei estadual nº 15.424/2004 c/c Nota XVII, da Tabela 1, do Anexo da mesma lei?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

81) Nos atos praticados por pessoa que não souber ou não puder assinar, é devidamente qualificado o assinante a rogo, conforme dispõe o artigo 183, II, c/c seus §§ 1º, 2º e 3º, do Provimento Conjunto nº 93/2020, sendo o assinante a rogo pessoa não integrante da estrutura da serventia?

() A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

82) Para a lavratura das escrituras declaratórias de união estável são arquivados todos os documentos previstos no artigo 258, bem como observadas as disposições contidas nos artigos 255 e seguintes, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

() A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

83) Para a lavratura das escrituras envolvendo bens imóveis, as partes envolvidas são cientificadas da possibilidade de obtenção prévia da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, da Recomendação nº 3/2012, da Corregedoria Nacional de Justiça?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

84) A lavratura de ata notarial para atestar o tempo de posse do requerente e de seus antecessores, conforme o caso e suas circunstâncias, para fins de reconhecimento de usucapião atende aos requisitos elencados no §3º do artigo 264 do Provimento Conjunto nº 93/2020, bem como aos requisitos do Provimento do CNJ nº 65/2017, revogado pelo Provimento do CNJ nº 149/2023, especialmente no que tange à observância pelo Tabelião, da circunscrição territorial para o qual recebeu a delegação?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

85) A cobrança de emolumentos e o recolhimento da Taxa de Fiscalização Judiciária pela lavratura de ata notarial é feita segundo os valores previstos no item 2, (ata notarial e ata notarial para fins de usucapião), da "Tabela 1" - "Atos do Tabelião de Notas", do Anexo da Lei estadual nº 15.424/2004?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

C) Não se aplica

Observações

86) Para a lavratura das escrituras públicas de revogação de mandato a cobrança dos emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária é feita sem conteúdo financeiro, segundo os valores previstos na alínea "a", do item 4, da "Tabela 1" - "Atos do Tabelião de Notas", do Anexo da Lei estadual nº 15.424/2004?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

C) Não se aplica

Observações

87) O Tabelião observa a "Nota III" da "Tabela 1" do Anexo da Lei estadual nº 15.424/2004, na lavratura de escrituras públicas envolvendo mais de uma unidade imobiliária?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

88) O Tabelião consulta a base de dados da CNIB (Central Nacional de Indisponibilidade de Bens) antes da prática de ato que tenha por objeto bens imóveis ou direitos a eles relativos, consignando no ato notarial o resultado da pesquisa e o respectivo código gerado "hash", dispensado o arquivamento do resultado da pesquisa em meio físico ou digital, consoante o disposto no artigo 187, §6º do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

C) Não se aplica

Observações

89) Para a lavratura das procurações para fins de previdência e assistência social os emolumentos e a Taxa de Fiscalização Judiciária são cobrados segundo os valores previstos na alínea "f.2", do item 4, da "Tabela 1" - "Atos do Tabelião de Notas", do Anexo da Lei estadual nº 15.424/2004, ressalvadas as procurações para fins exclusivos de recebimento de benefícios previdenciários ou assistenciais administrados pelo INSS, que são isentas do pagamento das custas e dos emolumentos, nos termos do art. 295, § 2º, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

90) A cobrança de emolumentos e o recolhimento da Taxa de Fiscalização Judiciária pela lavratura de procuração relativa à situação jurídica com conteúdo financeiro é feita considerando o conceito de conteúdo financeiro segundo disposto no artigo 297, do Provimento Conjunto nº 93/2020 e na Nota I da "Tabela 1" - "Atos do Tabelião de Notas", do Anexo da Lei estadual nº 15.424/2004?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

91) O Tabelião encaminha as informações periódicas à Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados - CENSEC, consoante disposto no artigo 175, inciso XV, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

92) Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório da correção ordinária geral realizada no ano anterior?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

C) Não se aplica

Observações

Listar as medidas saneadoras adotadas

OBSERVAÇÕES E RECOMENDAÇÕES FINAIS:

1) Aqui devem ser mencionadas outras observações e/ou recomendações que não se encaixem nos itens específicos.

2) Caso o campo "Observações", em cada item, seja insuficiente, deverá ser utilizada outra folha.

4) Fica estabelecido o prazo de _____ dias para cumprimento das recomendações constantes deste Relatório, devendo o Auxiliar de Fiscalização adotar as providências a seu cargo e informar a respeito ao MM. Juiz de Direito, até o término do prazo determinado.